

1.8. Indeferido o pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5 (cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1. A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos; (Peso 1)

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; (Peso 1)

III. Prova Didática; (Peso 1)

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas competências como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. - No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- Atividades acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do curso;
- Títulos universitários;
- Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e
- Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou o conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1. Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todas as sessões públicas serão gravadas com uso de tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pela CEPE.

3.4.1. A gravação de que trata o 'caput' poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocolizada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.4.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examinador ou candidato.

3.4.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.4.4. As razões da interrupção deverão estar registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no mesmo dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI - DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU156/2003 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

ANEXO I - Programa da disciplina

1. 1822-2022: Balanço historiográfico do Bicentário da Independência do Brasil.

2. O processo de emancipação política.

3. A formação do Estado imperial.

4. Cultura historiográfica no Império do Brasil.

5. (Auto)representações do Império escravista: Literatura, música, pintura e fotografia no século XIX.

6. O tráfico de africanos: A Lei Eusébio de Queiróz e seus desdobramentos.

7. A experiência de trabalhadores escravos, libertos e livres.

8. Crise e abolição da escravidão.

9. As origens da grande imigração.

10. Crise e queda do regime monárquico.

11. Ensino de história do Brasil Império

ANEXO II - Bibliografia

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. "Em torno das 'Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana': uma conversão com historiadores", Estudos Históricos, 2008.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2007.

ALENCASTRO, Luís Felipe de (Org.). História da vida privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. "O abolicionismo como movimento social", Novos Estudos Cebrap, n. 100, nov. 2014.

ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BADARÓ, F. C. Duarte. Fantina: cenas da escravidão. Org. Sidney Chalhou. São Paulo: Chão Editora, 2019.

BASILE, Marcello. O império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, IFCs, Rio de Janeiro, 2004.

BASILE, Marcelo. "Revolta e cidadania na Corte regencial", Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, n. 22, jan. 2007, p. 31-57.

BETHELL, Leslie. História da América Latina: da Independência a 1870. V. III. São Paulo: Brasili: Edusp; Imprensa Oficial; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; MARINS, Paulo César Garcez (Coord.). Memórias da Independência. São Paulo: Edusp; Museu Paulista, 2023.

CANO, Jefferson. "Nação e ficção no Brasil do século XIX", História Social, n. 22-23, primeiro e segundo sem. 2012.

CARIELLO, Rafael Carriello; PEREIRA, Thales Zamberlan. Adeus, senhor Portugal! Crise do absolutismo e a Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

COLI, Jorge. Como estudar a arte brasileira do século XIX? São Paulo: Editora Senac, 2006.

CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

DANTAS, Monica Duarte (Org.). Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

FLORENTINO, Manoel. Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRANZINA, Emilio. A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. Escravidão, reforma e imperialismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da Sociedade Bancária Maudá, MacGregor e Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Philips e Cia (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional", Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. Organização Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JANCSÓ, István (Org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LARA, Sílvia H. Biografia de Mohamed G. Baquaque. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 6, mar. ago. 1988.

LIMA JR., Carlos; SCHWARZ, Lília Moritz; STUMPF, Lúcia Klück. O sequestro da Independência: Uma história da construção do mito do Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOVEJOY, Paul. Identidade e a miragem da etnicidade. A jornada de Mahommah Gardo Baquaque para as Américas. Afro-Ásia, n. 27, 2002, pp. 39.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MÁCIEL, Ana Carolina de Moura Delfim. A independência e suas possíveis representações na cinematografia brasileira. ALMANACK, v. 29, p. 1-25, 2021.

MAGALHÃES JR., Raimundo. Três panfletários do segundo reinado. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto, 86).

MAINENTE, Renato Aurélio. Música e civilização: a atividade musical no Rio de Janeiro oitocentista (1808-1863). São Paulo: Alameda, 2015.

MALERBA, Jurandir (Org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALHEIRO, Perdigão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. v. II. 3ª ed. Petrópolis; Brasília: Vozes; INL, 1976.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. "O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da Lei de 1831". In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Direitos e injustiças no Brasil: ensaios de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. "Do Império à República", Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 163-171.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo Ed. 34, 2004.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: A lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Michael M. Hall, "Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração", Revista de História da USP, 1976.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREL, Marco. O período das Regências, (1831-1840). Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Márcia. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Niterói: Editora da UFF, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

NOVAIS, Fernando; MOTA, Carlos Guilherme. A independência do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Ideias em confronto: embates pelo poder na independência do Brasil. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo. Dicionário da Independência do Brasil: História, Memória e Historiografia. São Paulo: Edusp, 2022.

PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

REBOUÇAS, André. Cartas da África: registro de correspondência, 1891-1893. Org. Hebe Mattos, São Paulo, Chão Editora, 2023.

REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Revoltas escravas no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz. (Orgs.). Linguagens e práticas da cidadania no século XIX. São Paulo: Alameda, 2010.

RICUPERO, Rubens (Coord.). Balanço e Desafios no Bicentário da Independência. São Paulo: Edusp, 2022.

SELENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SELENES, Robert. "Malunga, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil, Revista USP, 1995.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

TOMICH, Dale. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011.

TREECE, David. Exilados, aliados e rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

(Proc. nº 00.0.363.200/2024)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na área de História do Brasil, na disciplina HH713 – Tópicos Especiais em História XIII, do Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas.

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://solicita.dados.unicamp.br/concurso/> no período de 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição e que atendam ao perfil mínimo da respectiva Unidade para o nível MS-5.1.

1.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição:

- Título de Doutor;
- documento de identificação (cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público);
- exemplar da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento;
- exemplar do memorial contendo a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, e, principalmente, suas atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, a saber:

- títulos universitários: relação nominal de títulos universitários, relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas;
- currículo lattes;
- narrativa comentada da trajetória acadêmica e profissional, destacando os principais fatos da carreira;
- relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos, no caso de não constarem os DOI no currículo lattes.

1.3. O sistema emitirá um protocolo de recebimento após o encerramento da inscrição do candidato.

1.4. Os servidores da UNICAMP ficam desobrigados de apresentar documentos pessoais que já constem nos sistemas da Universidade.

1.5. A banca do concurso poderá solicitar ao candidato informações sobre o memorial descritivo ou solicitar documentação comprobatória.

1.6. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.7. Recebidas as inscrições e satisfeitas as condições do edital, as inscrições, com toda a documentação, serão direcionadas à Unidade para emissão de parecer acerca do aceite das inscrições. A Comissão designada terá 15 dias para emitir o parecer sobre as inscrições.

1.7.1. O parecer que analisa as inscrições será submetido à Congregação da Unidade, que constituirá Comissão Julgadora. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

1.8. Indeferido o pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5 (cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1. A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos; (Peso 1)

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; (Peso 1)

III. Prova Didática; (Peso 1)

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas competências como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. - No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- Atividades acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do curso;
- Títulos universitários;
- Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e
- Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou o conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1. Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todas as sessões públicas serão gravadas com uso de tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos

ANEXO II - Bibliografia

ABREU, Martha. O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Célia Marinho de. Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo, Annablume, 2003.

AZEVEDO, Eliene. Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro de sombras: a política imperial. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

CARVALHO, José Murilo de (org.). Nação e cidadania no Império: Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Marcus. Liberdade: rotinas e rupturas do escravidão no Recife, 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONRAD, Robert. Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Wílma Peres. A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1996.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Regina Horta. Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

EISENBERG, Peter. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter. Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XIX e XX. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

EL FAR, Alessandra. Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

FLORENTINO, Manolo e Frago, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo e Góes, José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. Homens de grossa aviltação: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1974.

GOMES, Flávio. Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

GRAHAM, Richard. Escravidão, reforma e imperialismo. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. Libertada: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GRINBERG, Keila. O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, K. & SALLES, R. (orgs.). O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3 vols.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e Prado, Maria Emília (orgs.). O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HEIZER, Alda e VEIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HEYNEMANN, Cláudia. Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, 1976. Coleção História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes.

HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JANCSÓ, István (org.). Hucitec: formação do estado e da nação. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

JANCSÓ, István (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

JINZENJI, Mônica Yumi. Cultura impressa e educação da mulher no século XIX. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2010.

KARASCH, Mary C.. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEITE, Renato Lopes. Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos na década da abolição. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/Edusp, 1994.

MALERBA, Jurandir (org.). A Independência brasileira: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANCHESTER, Alan K.. Preenhincia inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). A guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARSON, Isabel. O império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARSON, Isabel. Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político. São Paulo: Editora Moderna, 1980.

MARTINHO, Lenira e GÖRENSTEIN, Riva. Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MATOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MATTOSO, Katia. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império, 1871-1889. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984.

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de Mello. A República Consuetudinária: Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MENCARELLI, Fernando Antonio. Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MOREL, Marco. Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTTA, Márcia. Nas fronteiras do poder: cotidiano e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820/1822). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

NOVAIS, Fernando e Mota, Carlos Guilherme. A independência do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 1999.

PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PENA, Eduardo Spiller. Pajens da casa imperial. Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

PRADO, Maria Emília (org.). O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1979 (1a. edição: 1933).

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980 (1a. edição: 1945).

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (2a. edição).

REIS, João José e Silva, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REIS, João José e Gomes, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RICCI, Magda. Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, Jaime. De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SCHULZ, John. Exército na política: origens da intervenção militar - 1850-1894. Edusp: 1994.

SCHULZ, John. A crise financeira da Abolição (1875-1901). São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARZ, Lília. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARZ, Lília. As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

SILVA, Eduardo. Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.

SLONES, Robert. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro, 1850-1890. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SOUZA, Adriana Barreto de. O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroadada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831). São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Paulo Cesar. A Sabinada: a revolta separatista da Bahia (1837). São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

STEIN, Stanley. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. (Proc. nº 09-P-36230/2024)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na área de Teoria da História, na disciplina HH910 – Tópicos Especiais em Teoria da História I, do Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas.

I – DAS INSCRIÇÕES

1. - As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://sollicita.dados.unicamp.br/concurso/> no período de 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até às 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição e que atendam ao perfil mínimo da respectiva Unidade para o nível MS-5.1.

1.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição:

a. Título de Doutor;

b. documento de identificação (cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de fiscalização profissional, carteira de trabalho, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público);

c. exemplar da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento;

d. exemplar do memorial contendo a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, e, principalmente, suas atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, a saber:

d.1. títulos universitários: relação nominal de títulos universitários, relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas;

d.2. currículo lattes;

d.3. narrativa comentada da trajetória acadêmica e profissional, destacando os principais fatos da carreira;

d.4. relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos, no caso de não constarem os DOI no currículo lattes.

1.3. O sistema emitirá um protocolo de recebimento após o encerramento da inscrição do candidato.

1.4. Os servidores da UNICAMP ficam desobrigados de apresentar documentos pessoais que já constem nos sistemas da Universidade.

1.5. A banca do concurso poderá solicitar ao candidato informações sobre o memorial descritivo ou solicitar documentação comprobatória.

1.6. O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.

1.7. Recebidas as inscrições e satisfeitas as condições do edital, as inscrições, com toda a documentação, serão direcionadas à Unidade para emissão de parecer acerca do aceite das inscrições. A Comissão designada terá 15 dias para emitir o parecer sobre as inscrições.

1.7.1. O parecer que analisa as inscrições será submetido à Congregação da Unidade, que constituirá Comissão Julgadora. Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

1.8. Indeferido o pedido de inscrição, caberá pedido de reconsideração à Congregação da Unidade, até 48 horas após a publicação do indeferimento.

1.9. Mantendo-se o indeferimento pela Congregação da Unidade, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, até 48 horas após a publicação do indeferimento do pedido de reconsideração.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5 (cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficiais ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

2.1. A Comissão será presidida pelo Professor da Universidade de maior categoria ou, quando de igual categoria, pelo mais antigo no cargo ou função.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos; (Peso 1)

II. Prova de Arguição da tese ou do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento; (Peso 1)

III. Prova Didática; (Peso 1)

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas competências como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. - No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a. Atividades acadêmicas e profissionais do candidato relacionadas com a área do concurso;

b. Títulos universitários;

c. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas e

d. Outras contribuições.

3.2. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.2.1. A Comissão Julgadora procederá à arguição do candidato em relação à tese ou ao conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento.

3.3. Na prova didática o candidato fará uma exposição sobre tema de sua livre escolha, dentre aqueles constantes do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade, publicado no edital, devendo revelar cultura aprofundada no assunto.

3.3.1. Compete à Comissão decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.3.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto escolhido, vedada a leitura do texto da aula, mas facultando-se o emprego de recursos pedagógicos de sua escolha.

3.4. Caso o concurso seja realizado de forma remota, todas as sessões públicas serão gravadas com uso de tecnologia disponível nas unidades e arquivadas junto à Direção da unidade por no mínimo 6 (seis) meses após a homologação dos resultados pela CEPE.

3.4.1. A gravação de que trata o 'caput' poderá ser disponibilizada na íntegra ou em partes, mediante solicitação formal protocolizada junto à Direção da unidade responsável pelo concurso e assinatura de termo de responsabilidade pela guarda das informações e proibição de divulgação do todo ou de partes de seu conteúdo.

3.4.2. As etapas do concurso que ocorrerem de forma remota serão suspensas caso ocorra problema técnico que impeça a participação adequada de algum examinador ou candidato.

3.4.3. Ocorrendo um problema técnico durante a realização de uma etapa, esta deverá ser retomada a partir do estágio em que ocorreu o referido problema.

3.4.4. As razões da interrupção deverão estar registradas em ata, bem como a decisão da Comissão quanto às condições e prazo de retomada, incluindo a necessidade de se postergar o calendário inicialmente divulgado.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. Os membros da Comissão Julgadora emitirão o julgamento no mesmo dia da realização de cada prova mencionada no item III deste edital.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à aprovação da Congregação da Unidade.

4.5. Caso o concurso seja realizado de forma remota, o parecer emitido pela Comissão Julgadora poderá ser assinado de forma eletrônica (e-mail) ou mediante assinatura digital, devendo todos os documentos pertinentes ao concurso ser anexados aos autos correspondentes.

4.6. O parecer da Comissão Julgadora só poderá ser rejeitado pela Congregação, por erro formal de procedimento, mediante o voto da maioria absoluta dos membros.

4.7. A ciência da tabela de notas e da ata pelos candidatos será realizada de forma eletrônica, por meio de usuário e senha gerada especificamente para essa finalidade.

4.8. Todas as ocorrências observadas durante o concurso deverão ser registradas em ata elaborada pela Comissão Julgadora.

4.9. O resultado final do concurso para Livre-Docente, devidamente aprovado pela Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, com posterior publicação no D.O.E.

V - DO RECURSO

5. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VI – DA LEGISLAÇÃO

6. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-60/2020 e Deliberação CONSU156/2003 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

ANEXO I - Programa da disciplina

1. A historiografia profissional: ciência, instituições e disciplinarização

2. Entre documentos, dados e informações: a gestão da informação no trabalho do historiador

3. História, verdade e a construção e crise da autoridade disciplinar

4. Soberania de dados: arquivo, biblioteca e coleções

5. História em chamas: uma história social do esquecimento e do apagamento

6. História, memória, justiça e reparação

7. História pública e popularização da história

8. Historiadoras e historiadores no espaço público: história e os usos públicos do passado

9. Humanidades [digitais] e história [digital]: sobre o estatuto epistemológico da história

10. Historiadores, neoliberalismo e mercado de trabalho

11. A história na sala de aula

12. Como contamos as histórias do futuro? Memória, história e arquivo

ANEXO II – Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Cotas pró e contra. Revista de História, 2010.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. Revista Aedos, v. 3, n. 8, 2011.

ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. Ler História, n. 69, p. 91–103, 2016.

ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1988.

ARAUJO, Valdeir Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. História da Historiografia, v. 12, p. 34-44, 2013.

ARAUJO, Valdeir Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. Locust, Juiz de Fora, 12, no. 1, 2006, 79-94.

ARAUJO, Valdeir Lopes de; PIMENTA, João Paulo G. História (conceito de). In: JÚNIOR, João Feres (org.). Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 119-140.

ARENDE, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BENJAMIN, Walter. O anjo da História. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BOUCHERON, Patrick; DALALANDE, Patrick. Por uma história-mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CALDAS, Pedro S. P. A atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações. Locus, Juiz de Fora, v. 12, p.95-111, 2006.

CALISKAN, Aylin; et al. Semantics derived automatically from language corpora contain human-like biases. Science 356 (2017), 183-186.

CANCLINE, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2006.

CASTELLS, Manuel. The Network Society: From Knowledge to Policy. Washington, DC: Johns Hopkins University, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. Cadernos de Campo, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 319-338, mar. 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de; CUNHA, Manuela Carneiro da. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. Journal de la Soci-été des Américanistes, tome 71, 1985, p. 191-208.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos, DHI/UEM, v. 8, p. 11-29, 2004.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: quatro teses. Sopro 91, julho de 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Calling of History: Sir Jadunath Sarkar and His Empire of Truth. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

COLMENARES, German. Convenciones contra la cultura. Ensayos sobre la historiografía hispanoamericana del siglo XIX. Bogotá: TM Editores, 1986.